



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

FLASH

6245

Presidente da Mesa Diretora: Coriolando da Soledade Ribeiro Afonso

Espécie: Projeto de lei

Categoria: Criação de unidades municipais, conselhos, comissões, cargos, consultoria jurídica, serviços, salas, núcleos, projetos culturais e outros

Autoria: Executivo Municipal

Data: 30/10/2007

Descrição Sumária: PROJETO DE LEI Nº 309/2007. (ALTERADA). Dispõe sobre a criação do Sistema Municipal de Incentivo à Cultura – SISMIC, do Conselho Municipal de Cultura, do Fundo Municipal de Incentivo à Cultura – FUMIC, e dá outras providências. (Referente à Lei nº 3.830, de 26/11/2007, que foi alterada posteriormente pela Lei nº 4.969, de 10/04/2017). (Regulamentada pelo Decreto nº 2.462, de 07/03/2008, que foi revogado posteriormente pelo Decreto nº 3.500, de 27/04/2017).

Controle Interno – Caixa: 7.1

Posição: 19

Número de folhas: 15

Espécie: PL
Categoria: Cria
Cx: 7.1
Ordem: 19
nº fls: 12



143/2007

13.11.2007

Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº 309 /2007

Lei 3.830, de 26 novembro 2007

AUTOR:

Ver. Executivo Municipal

ASSUNTO:

Dispõe sobre a Criação do Sistema Municipal de Incentivo à Cultura, do Conselho Municipal de Cultura, do Fundo Municipal de Incentivo à Cultura, e dá Outras Providências.

MOVIMENTO

Entrada em – 30/10/2007

Comissão Legislação e Justiça

- 1 -
- 2 - APROVADO EM REGIME DE URGÊNCIA
- 3 - Cria em 13.11.2007
- 4 -
- 5 -
- 6 -
- 7 -
- 8 -
- 9 -
- 10 -



MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS – MG.
PROCURADORIA JURÍDICA



PROJETO DE LEI Nº 309/2.007

As Comissões 30/10/07

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO SISTEMA MUNICIPAL DE INCENTIVO À CULTURA, DO CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA, DO FUNDO MUNICIPAL DE INCENTIVO À CULTURA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O povo do Município de Montes Claros – MG., por seus representantes na Câmara Municipal, aprova e o Prefeito Municipal, em seu nome, sanciona a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Fica instituído o Sistema Municipal de Incentivo à Cultura – SISMIC, com a finalidade de apoiar, incentivar, difundir, valorizar, desenvolver e preservar as expressões artísticas e o patrimônio cultural do Município de Montes Claros.

Art. 2º. Os incentivos aos projetos culturais referidos nesta lei serão destinados aos bens de natureza estritamente culturais, devendo compreender pelo menos um dos segmentos culturais indicados a seguir:

- I – artes cênicas, compreendendo teatro, dança, circo, ópera, mímica e congêneres;
- II – cinema, vídeo, fotografia, discografia e congêneres;
- III – literatura, inclusive cordel;
- IV – música;
- V – artes plásticas, artes gráficas e congêneres;
- VI – artesanato, folclore, cultura popular e congêneres;
- VII – patrimônio cultural, histórico, artístico, arquitetônico, arqueológico, paleontológico, compreendido os museus, bibliotecas, arquivos, centros culturais e congêneres;
- VIII – pesquisa cultural.

§ 1º - Somente poderão ser beneficiados por esta lei os projetos culturais que visem à exibição, à utilização ou a circulação pública de bens culturais, sendo vedada a concessão de estímulo ou incentivos à projetos destinados, exclusivamente, à circuitos privados ou coleções particulares.

§ 2º - Os projetos culturais aprovados deverão utilizar, prioritariamente, recursos naturais, humanos, materiais e técnicos montesclarenses.

Art. 3º. A apresentação dos projetos ao Fundo Municipal de Incentivo à Cultura - FUMIC, bem como os demais requisitos formais a serem preenchidos pelos projetos, serão disciplinados pelo Poder Executivo Municipal.

Art. 4º. O projeto cultural, no âmbito do SISMIC, terá o prazo de 01 (um) ano para ser executado, contando a partir da data da publicação de sua aprovação pelo Conselho Municipal de Cultura - COMCULTURA, em jornal de circulação local, cuja captação dos recursos financeiros será restrita ao exercício fiscal de sua aprovação.





MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS – MG.

PROCURADORIA JURÍDICA



Art. 5º. Serão estabelecidos em regulamento a forma e período de apresentação dos projetos, bem como os requisitos e as condições exigidas para candidatar-se aos benefícios desta Lei.

Art. 6º. Para obtenção do incentivo, deverá o empreendedor apresentar à Secretaria Municipal de Cultura cópia do projeto cultural, explicitando os objetivos e recursos financeiros e humanos envolvidos, para fins de fixação do valor do incentivo e posterior fiscalização.

Parágrafo único. Apresentado à Secretaria Municipal de Cultura, o projeto será apreciado por comissão técnica, no prazo e na forma estabelecidos em regulamento

Art. 7º. Aprovado o projeto pelo COMCULTURA, este será encaminhado à Secretaria Municipal de Cultura para que esta providencie o Termo de Convênio e o repasse de recursos financeiros.

Art. 8º. O Poder Executivo Municipal poderá fixar o limite de incentivo a ser concedido por projeto, individualmente.

Art. 9º. É vedada a apresentação de projetos pelos:

I - membros do COMCULTURA, incluindo pessoas jurídicas das quais participem ou gerenciem, seus sócios, suas coligadas ou controladas, seus cônjuges ou conviventes, ascendentes, descendentes colaterais até o segundo grau, enquanto durarem seus mandatos;

II - servidores públicos lotados na Secretaria Municipal de Cultura de Montes Claros;

III - entidades e/ou pessoas beneficiadas com recursos municipais oriundos de transferência corrente ou de capital, no exercício em que forem contempladas.

Parágrafo Único - Cada empreendedor só poderá apresentar até 02 (dois) projetos por ano.

Art. 10 - Para efeito do disposto nesta lei, entende-se por:

I – Empreendedor cultural: pessoas físicas ou jurídicas de natureza cultural, domiciliadas ou com sede há pelo menos 01 (um) ano no Município de Montes Claros, diretamente responsáveis pela realização de projetos culturais aprovados pelo SISMIC, nos termos desta lei.

CAPÍTULO II - DO CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA

Art. 11. Fica criado o Conselho Municipal de Cultura - COMCULTURA, órgão colegiado, de caráter deliberativo, consultivo e fiscalizador, responsável pela gestão do SISMIC e pelo planejamento, orientação e coordenação da política cultural do Município de Montes Claros, resguardadas as competências do Executivo Municipal e do Conselho Municipal de Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural de Montes Claros – COMPHAC.

Art.12. Compete ao Conselho Municipal de Cultura - COMCULTURA:





MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS – MG.

PROCURADORIA JURÍDICA



I - cooperar com a Secretaria Municipal de Cultura na formulação da Política Cultural do Município e do acompanhamento da execução dos seus planos, programas e projetos;

II – colaborar na elaboração de um Plano Municipal de Cultura, fiscalizando e orientando a sua execução, e na realização de Conferências Municipais de Cultura;

III - propor instrumentos para estimular a democratização e a descentralização das atividades de produção e difusão artístico-cultural, com o objetivo de assegurar a cidadania cultural através do direito de acesso aos bens culturais;

IV - apreciar e aprovar os projetos culturais financiados pelo Fundo Municipal de Incentivo à Cultural – FUMIC, na forma do regulamento, respeitadas as disposições legais e regulamentares, as diretrizes da política cultural e o planejamento das aplicações financeiras do SISMIC;

V - receber e apreciar os pareceres técnicos e informações apresentadas pela Secretaria Municipal de Cultura quanto aos projetos referidos no inciso anterior;

VI - acompanhar e fiscalizar a execução dos projetos aprovados pelo SISMIC e aprovar a prestação final de contas dos projetos incentivados;

VII - colaborar na elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias, Plano Plurianual e Orçamento Anual relativos à Secretaria Municipal de Cultura;

VIII - opinar na definição das propostas que a Secretaria Municipal de Cultura submeterá ao Orçamento Municipal, sobretudo quanto às dotações definidas no inc. I do art. 24;

IX - emitir e analisar pareceres sobre questões técnico-culturais que lhe forem submetidos;

X - incentivar a permanente atualização do cadastro das entidades culturais do município;

XI - articular-se com organismos públicos e privados da área da cultura;

XII - fomentar a criação de entidades locais de Cultura;

XIII - incentivar o aperfeiçoamento e a valorização dos profissionais da cultura;

XIV - elaborar e aprovar seu Regimento Interno;

XV - deliberar sobre outros assuntos submetidos ao Conselho.

Art.13 - O Conselho Municipal de Cultura será composto por 10 (dez) Conselheiros Titulares e 10 (dez) Conselheiros Suplentes, assim definidos:

I - Secretário Municipal de Cultura ou seu equivalente e suplente;

II - 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação, Esportes e Lazer e suplente;

III - 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Fazenda e suplente;

IV-01(um) representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e suplente;

V – 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e suplente;

VI- 01 (um) representante do Conservatório Estadual de Música Lorenzo Fernandes e suplente;

VII - 01 (um) representante das Instituições de Ensino Superior de Montes Claros e suplente;

VIII - 03 (três) representantes de entidades culturais e setores artístico-culturais que atuem no município e suplentes.

§1º. Os Conselheiros definidos nos incisos de II a VI serão indicados pelos respectivos órgãos e entidade.





MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS – MG.

PROCURADORIA JURÍDICA



§ 2º. Os Conselheiros definidos nos incisos VII e VIII serão escolhidos por meio de eleição, conforme definido no Regimento Interno, garantindo no caso dos representantes de entidades culturais e setores artístico-culturais a escolha de membros de áreas artísticas distintas.

Art 14. A presidência do Conselho será exercida pelo Secretário Municipal de Cultura, conforme o Regimento Interno.

Art.15. O suplente do Secretário Municipal de Cultura será o Diretor de Cultura, que exercerá a presidência do Conselho nas ausências e impedimentos do Secretário Municipal de Cultura.

Art. 16. O secretário do Conselho será eleito entre os membros titulares pelo voto da maioria absoluta dos conselheiros, com atribuições definidas no Regimento Interno.

Art. 17. O mandato dos conselheiros será de 02 (dois) anos, admitida uma recondução.

Art. 18. O COMCULTURA reunir-se-á pelo menos 01 (uma) vez a cada bimestre.

Parágrafo único. A ausência por 03 (três) reuniões seguidas ou 05 (cinco) alternadas, no período de 12 (doze) meses, implicará na perda automática do mandato junto ao Conselho Municipal de Cultura.

Art. 19. Cada Conselheiro terá direito a um voto e, ocorrendo o empate, caberá ao voto dado pelo Presidente do Conselho a qualidade de desempatar.

Art. 20. Os Conselheiros serão nomeados por ato do Prefeito Municipal.

Art.21. A função de Conselheiro é considerada de interesse público relevante e não será remunerada.

CAPÍTULO III- DO FUNDO MUNICIPAL DE INCENTIVO À CULTURA

Art.22. Fica criado o Fundo Municipal de Cultura - FUMIC, instrumento de captação e aplicação de recursos, que tem por objetivo o financiamento das ações de apoio à cultura montesclarenses e de incentivo a projetos culturais nas áreas discriminadas no art. 2º desta Lei.

Art. 23. O FUMIC é um fundo de natureza contábil especial, que funcionará sob as formas de apoio a fundo perdido, com prazo indeterminado de duração.

Art.24. Constituirão receitas do Fundo:

I - dotação orçamentária própria, representada no valor de 1,5% (hum e meio por cento) da receita arrecadada do IPTU do município no exercício anterior;





MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS – MG.

PROCURADORIA JURÍDICA



II - contribuições, transferências, subvenções, auxílios ou doações dos setores públicos ou privados;

III - resultado de convênios, contratos e acordos celebrados com instituições públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, na área cultural;

IV - outros recursos, créditos e rendas adicionais ou extraordinárias que, por sua natureza, lhe possam ser destinados;

V - produto da arrecadação das multas aplicadas aos empreendedores culturais, relacionadas com os incentivos a que se referem esta lei;

VI - produto das aplicações financeiras e demais investimentos com a sua receita;

VIII - saldos não utilizados na execução de projeto cultural incentivado pelo SISMIC, bem como aqueles resultantes de exercício financeiros anteriores;

IX - receita proveniente de eventos e promoções;

X - outras receitas eventuais.

§ 1º. As receitas descritas neste artigo serão depositadas obrigatoriamente em conta específica a ser aberta e mantida em agência de estabelecimento oficial de crédito.

§ 2º. O disposto no parágrafo anterior não se aplica aos repasses cujo instrumento contratual determine explicitamente a instituição financeira destinatária do depósito.

§ 3º. A aplicação dos recursos dependerá da existência de disponibilidade em função do cumprimento de programação.

Art.25. O FUMIC apoiará projetos conforme os seguintes percentuais:

I - até 100% (cem por cento) para proponentes inscritos como pessoa física ou jurídica sem fins lucrativos;

II - até 80% (oitenta por cento) para proponentes pessoa jurídica com fins lucrativos.

Art.26. O Fundo terá como órgão gestor a Secretaria Municipal de Cultura ou equivalente, com assessoria da Secretaria Municipal de Fazenda e observadas as competências do Conselho Municipal de Cultura.

CAPÍTULO IV- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art.27. Anualmente, as Secretarias Municipais de Cultura e de Fazenda fixarão os valores destinados ao FUMIC, conforme previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual.

Art.28. Compete à Secretaria Municipal de Cultura:

I - firmar os respectivos convênios;

II - a abertura, instrução e decisão do Procedimento administrativo relativo ao art.31 desta Lei;

III - prestar assistência técnica e administrativa ao Conselho Municipal de Cultura, com vistas à aplicação do disposto nesta lei;





MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS – MG.
PROCURADORIA JURÍDICA



IV – guardar os documentos referentes aos projetos apresentados segundo esta lei, bem como a escrituração dos atos do COMCULTURA.

Parágrafo Único - Para a realização dos serviços técnico-administrativos atinentes a esta lei, serão designados, por ato do Secretário Municipal de Cultura, servidores pertencentes ao quadro da Secretaria Municipal de Cultura.

Art. 29. Nos produtos resultantes dos projetos incentivados e em quaisquer atividades e materiais relacionados à sua difusão, divulgação, promoção e distribuição, far-se-á menção expressa do Município de Montes Claros, da Secretaria Municipal de Cultura e da Lei do Sistema Municipal de Incentivo à Cultura e suas respectivas logomarcas, conforme modelo divulgado.

Parágrafo único – O descumprimento do disposto neste artigo acarretará a perda automática do benefício, cobrando-se, nos termos do art. 31 desta Lei, os valores repassados, ficando o empreendedor impedido de obter qualquer benefício desta Lei pelo prazo de 03 (três) anos.

Art. 30. Os projetos culturais beneficiados por esta Lei serão apresentados e/ou desenvolvidos, prioritariamente, no âmbito territorial do município.

Art.31. Sem prejuízo das sanções penais e civis cabíveis, o empreendedor que não comprovar a correta aplicação desta lei ou for constatado, por dolo, o desvio de objetivo ou dos recursos, ficará obrigado a devolver o valor incentivado acrescido de multa de duas vezes do seu valor, ficando ainda excluído da possibilidade de beneficiar-se com os instrumentos abrangidos por esta lei por 05 (cinco) anos.

Art.32. Aplicar-se-á ao FUMIC as normas legais de controle, prestação e tomada de contas pelos órgãos de controle interno da Prefeitura Municipal de Montes Claros, sem prejuízo da competência específica do Tribunal de Contas do Estado.

Art.33. Os projetos poderão ser aprovados com valores inferiores aos pleiteados, ficando a cargo do proponente a decisão de executá-lo, adaptando-os para nova aprovação, optando pela execução do projeto original, deverá o proponente comprovar a circunstância de dispor do montante remanescente ou estar habilitado a obtê-lo de outra fonte devidamente identificada.


Art. 34. As despesas decorrentes da presente lei correrão à conta do orçamento do município, ficando o executivo autorizado a abrir os créditos adicionais necessários à sua execução.

Art. 35 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Município de Montes Claros (MG), 16 de outubro de 2.007.


Athos Avelino Pereira
Prefeito Municipal



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
E JUSTIÇA
EM 30 DE OUTUBRO DE 2007

PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
APROVADO EM DISCUSSÃO POR
RÉGIME DE URGÊNCIA
EM 13 DE NOVEMBRO DE 2007
PRESIDENTE



MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS – MG.
PROCURADORIA JURÍDICA



Montes Claros, 16 de outubro 2.007.

Ofício nº: PJ/ 081/2007

Assunto: Projeto de Lei

Serviços: Procuradoria Jurídica

Senhor Presidente;

Temos a honra de encaminhar a V. Exa. o incluso Projeto de Lei que “dispõe sobre a criação do Sistema Municipal de Incentivo à Cultura e do Conselho Municipal de Cultura e dá outras providências”, com a finalidade de apoiar, incentivar, difundir, valorizar, desenvolver e preservar as expressões artísticas e o patrimônio cultural do Município de Montes Claros.

Na certeza de que o presente Projeto de Lei é relevante, acreditamos que V. Exa e os seus pares certamente o aprovarão na íntegra.

Neste ensejo, renovamos ao nobre Presidente e aos demais ilustres vereadores nossos protestos de estima e distinta consideração.

Cordialmente,


Athos Avelino Pereira
Prefeito Municipal

Exmo. Sr. Coriolando da Soledade Ribeiro Afonso
DD. Presidente da Câmara Municipal
Nesta



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

ASSESSORIA LEGISLATIVA

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 309/2007 QUE “Dispõe sobre a Criação do Sistema Municipal de Incentivo à Cultura, do Conselho Municipal de Cultura, do Fundo Municipal de Incentivo à Cultura e dá outras providências.” de iniciativa do Executivo Municipal.

Projeto de Lei enviado à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade e legalidade.


Não se vislumbra no projeto em questão qualquer vício de iniciativa, tendo em vista que a Constituição permite que o Município legisle sobre assuntos de seu interesse.

O mesmo se diga em relação ao seu objetivo, ou seja, não se vê nenhuma ilegalidade no referido projeto.

Assim sendo, somos de parecer que o projeto em questão é legal e constitucional e atende à forma técnica de redação.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros, 01 de novembro de 2007.


Luciano Barbosa Braga
Assessor Legislativo
OAB/ MG 78.605

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
E JUSTIÇA
EM 06 DE NOVENBRAS DE 2004

PRESIDENTE



Câmara Municipal de Montes Claros - MG

SALA DAS COMISSÕES COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 309/2007

AUTOR: Executivo Municipal

MATÉRIA: Dispõe sobre a Criação do Sistema Municipal de Incentivo à Cultura, do Conselho Municipal de Cultura, do Fundo Municipal de Incentivo à Cultura, e dá Outras Providências.

I- RELATÓRIO

A proposição foi distribuída à Comissão de Legislação, Justiça e Redação em 30/10/2007, com entrada na Sala das Comissões no dia 05/11/2007.

Compete a esta Comissão, nos termos regimentais, emitir parecer sobre a legalidade, constitucionalidade e forma técnica de redação do projeto.

II – FUNDAMENTAÇÃO

O projeto, em análise, trata de criação do Sistema Municipal de Incentivo à Cultura, do Conselho Municipal de Cultura, do Fundo Municipal de Incentivo à Cultura e dá outras providências.

Observa-se que o projeto, em análise, estabelece diretrizes das políticas públicas culturais da cidade, institucionalizando a relação entre a administração municipal e os setores da sociedade civil ligados à cultura.

É importante ressaltar que de acordo com o art. 86 da Lei Orgânica Municipal, compete ao Poder Executivo a criação de Conselhos Municipais, que tem por finalidade auxiliar a Administração na análise, no planejamento e na decisão de matérias de sua competência.

Sendo assim, a Comissão entende que a proposição em análise, não fere normas legais e ou constitucionais.

III – CONCLUSÃO

Face à argumentação a Comissão, conclui pela legalidade e constitucionalidade do referido Projeto de Lei.

Sala das Comissões, 05 de novembro de 2007.

Ver. Sebastião Ildeu Maia - Presidente : _____

Ver. Ademar de Barros Bicalho - Vice-Presidente: _____

Ver. Heráclides Gonçalves Filho - Relator: _____



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Mandato Popular Lipa Xavier

*as emendas
11/10/07*

EMENDAS AO PROJETO DE LEI Nº 309/2007, que "Dispõe sobre a criação do Sistema Municipal de Incentivo à Cultura, do Conselho Municipal de Cultura, do Fundo Municipal de Incentivo à Cultura e dá outras providências"

EMENDA UM:

Modifica a redação do Inciso VII do Artigo 13 do referido Projeto de Lei, conforme a redação abaixo:

"Art. 13 ...

VII – 01 (um) representante das instituições públicas de ensino superior de Montes Claros e suplente;"

EMENDA DOIS:

Modifica a redação do Inciso I do Artigo 24 do referido Projeto de Lei, conforme a redação abaixo:

"Art. 24 ...

I – Dotação orçamentária própria, representada por no mínimo 1,5% (hum e meio por cento) da receita arrecadada do IPTU do município no exercício anterior;"

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Montes Claros, 5 de novembro de 2007.

Lipa Xavier
Lipa Xavier
Vereador PCdoB



*Acordo
emenda nº
01*

*Deputado
Federal*



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

ASSESSORIA TÉCNICA LEGISLATIVA

PARECER SOBRE EMENDAS AO PROJETO DE LEI Nº 309/2007 QUE “Dispõe sobre a Criação do Sistema Municipal de Incentivo à Cultura, do Conselho Municipal de Cultura, do Fundo Municipal de Incentivo à Cultura, e dá Outras Providências.”, de autoria do Lipa Xavier.


Emendas enviadas à Assessoria Técnica Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.

A primeira emenda altera a redação do inciso VII do artigo 13, sendo que não se vislumbra nenhuma ilegalidade, inconstitucionalidade ou vício de iniciativa, razão pela qual somos de parecer que a emenda em comento é legal, constitucional e atende à forma técnica de redação.

A segunda emenda altera a redação do inciso I do artigo 24 do referido projeto, sendo que não se vislumbra nenhuma ilegalidade e/ou vício de iniciativa, razão pela qual, somos de parecer que a emenda em comento é legal, constitucional e atende à forma técnica de redação.

É o parecer sob censura.

Montes Claros/MG, 09 de novembro de 2007.


Luciano Barbosa Braga
Assessor Legislativo
OAB/MG 78.605



Câmara Municipal de Montes Claros - MG

**SALA DAS COMISSÕES
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

PARECER SOBRE EMENDAS AO PROJETO DE LEI Nº 309/2007

AUTOR: Vereador Eurípedes Xavier Souto

MATÉRIA: “Dispõe sobre a Criação do Sistema Municipal de Incentivo à Cultura, do Conselho Municipal de Cultura, do Fundo Municipal de Incentivo à Cultura, e dá Outras Providências”.

EMENDA UM – “Modifica a redação do inciso VII do artigo 13 do Projeto de Lei nº 309/2007”. A nova redação estabelece que o representante será de instituições públicas de ensino superior de Montes Claros e não de instituições de ensino superior como dispõe o texto original do projeto. Dessa forma, a Comissão entende que a referida Emenda não fere normas legais e ou constitucionais, sendo, portanto, legal e constitucional.

EMENDA DOIS – “Modifica a redação do inciso I do artigo 24 do projeto de lei nº 309/2007”. Com a nova redação o legislador pretende que a dotação orçamentária própria seja de **no mínimo** 1,5% (hum e meio por cento) da receita arrecadada do IPTU do município no exercício anterior e não no valor de 1,5% (hum e meio por cento) como estabelece o texto original do projeto. Dessa forma, a Comissão entende que a referida Emenda não fere normas legais e ou constitucionais, sendo, portanto, legal e constitucional.

Sala das Comissões, 9 de novembro de 2007.

Ver. Sebastião Ildeu Maia – Presidente:

Ver. Ademar de Barros Bicalho – Vice-Presidente:

Ver. Heráclides Gonçalves Filho – Relator: